

AS RELAÇÕES BRASIL-EUA NA TRANSIÇÃO PRESIDENCIAL TRUMAN-EISENHOWER: IMAGENS DO JORNAL *ÚLTIMA HORA* (1952-1953)¹

Natália Abreu Damasceno²
Leonardo Pires da Silva Belançon³

Resumo: Este artigo tem por objetivo analisar as imagens construídas pelo jornal *Última Hora* sobre as relações Brasil-Estados Unidos, no período de transição entre os governos dos presidentes Harry Truman e Dwight Eisenhower. Por meio da análise das edições do periódico publicadas entre 1952 e 1953, investigamos as expectativas, frustrações e conflitos de interesse que deram o tom das relações entre ambos os países em pleno momento de acirramento das tensões no cenário internacional da Guerra Fria. Entendendo o *UH* como instrumento legitimador das posturas de Vargas, trilhamos pela via da imaginação política, observando estratégias de condicionamento da opinião pública a respeito de pontos nevrálgicos nas relações Brasil-EUA à época, como a cooperação econômica, política e militar.

Palavras-chave: relações Brasil-Estados Unidos; imaginário político; Truman-Eisenhower.

BRAZIL-UNITED STATES RELATIONS DURING THE TRUMAN-EISENHOWER PRESIDENTIAL TRANSITION: PICTURES FROM *ÚLTIMA HORA* NEWSPAPER (1952-1953)

Abstract: This article aims at analyzing the set of images conveyed by the *Última Hora* newspaper on the Brazil-United States relations during the transition between the Harry Truman and Dwight Eisenhower administration. Through the analysis of the paper's editions published between 1952 and 1953, we surveyed the expectations, frustrations and collision of interests that set the tone of both countries' relations as Cold War's world tensions were straining. Conceiving the *UH* as an instrument of legitimacy towards Vargas' policies, we approached it via political imagination, observing the strategies of conditioning public opinion on key topics for Brazil-US relations at that time, such as the economic, political and military cooperation.

Keywords: Brazil-United States relations; political imaginary; Truman-Eisenhower.

¹ Este texto é parte da pesquisa que culminará na dissertação da mestrandia Natália Abreu Damasceno, com a qual Leonardo Belançon colaborou como auxiliar de pesquisa no trato com as fontes.

² Mestranda em História pela Universidade Estadual de Maringá (PPH-UEM). Integrante do Grupo de Estudos do Tempo Presente (GET/UFS). Integrante do Laboratório de Estudos do Tempo Presente (LabTempo/UEM). E-mail: natalia@getempo.org. Orientador: Prof. Dr. Sidnei J. Munhoz

³ Bacharel em Tecnologia em Meio Ambiente pela Universidade Estadual de Maringá e Graduando em História pela mesma instituição. E-mail: lbelancon@gmail.com

Com o fim da Segunda Guerra Mundial e o início da Guerra Fria, o pós-1945 inaugurou um período de tensão em que diversos países entraram em disputa por proeminência no rearranjo de forças da política internacional. Após a derrota da Alemanha nazista e dos demais países que conformavam o Eixo - a saber, Itália e Japão -, o mundo conheceu uma nova polarização que opôs, grosso modo, o bloco capitalista, sob a tutela hegemônica dos Estados Unidos e o bloco comunista, liderado pela União Soviética. O Brasil, submetido política e economicamente ao líder do hemisfério ocidental, buscou, no imediato pós-guerra, assumir posturas de total cumplicidade com os EUA, a fim de atender não só aos seus próprios anseios de ascender ao patamar de potência regional, como também às demandas internas por desenvolvimento e industrialização (CERVO, 2001). Entretanto, o desenrolar dos acontecimentos no cenário internacional e as dinâmicas das pressões domésticas e dos interesses tanto do Brasil quanto dos Estados Unidos fizeram com que essa relação de aproximação entre ambas as nações cedesse espaço para episódios de distanciamento, demarcando uma oscilação entre dependência e autonomia brasileira (MUNHOZ; SILVA, 2010).

O governo do general republicano Dwight Eisenhower (1953-1961), também conhecido como Ike, foi um momento conflituoso nas relações Brasil-Estados Unidos. O avanço na cooperação entre os dois países esboçado na gestão Truman (1945-1953), os quais já eram muito aquém das expectativas latino-americanas após o fim da guerra, havia criado esperanças de um estreitamento das relações (MUNHOZ, 2002). Porém, o fim do mandato democrata, expresso no resultado das eleições estadunidenses de 1952, despertou incertezas entre os que acreditavam que a atração do interesse e dos investimentos estrangeiros abriria as portas do Brasil à modernidade capitalista (RIBEIRO, 2001). De fato, como temiam os setores progressistas brasileiros, o período Eisenhower foi marcado por cortes de gastos com auxílio econômico, posturas intervencionistas sob o pretexto do combate ao comunismo na América Latina e marcante unilateralidade no diálogo com a região. Tendo em vista as tensões entre os diferentes objetivos e planos estratégicos dos dois gigantes da América, analisaremos de que forma a transição presidencial Truman-Eisenhower foi imaginada e construída pelos círculos políticos governistas brasileiros, observando expectativas e tensões perante o novo governo estadunidense.

Vale ressaltar que, nesta investigação, nós não tratamos o sujeito Brasil ou o sujeito Estados Unidos como unidades homogêneas (MUNHOZ, 2010b). Por abarcar um período de transição presidencial estadunidense, é imprescindível que nosso trabalho explore as diferenças

entre os projetos políticos do Brasil e dos EUA, levando em consideração as divergências entre as forças antagônicas internas a cada um desses países - ainda que, devido à natureza do problema delimitado e da nossa fonte privilegiada, a ênfase recaia sobre o projeto nacional-desenvolvimentista brasileiro e sobre as relações de forças com as quais interage. Assim, faz-se necessário contextualizar brevemente os diferentes projetos políticos defendidos pelos dois partidos protagonistas dos embates políticos dos Estados Unidos, uma vez que ambos propunham posturas distintas em relação ao Brasil que provocaram oscilações no imaginário dos círculos políticos varguistas.

Autores como Carlos Alzugaray (2000) defendem que os projetos de política exterior do Partido Republicano e do Partido Democrata se diferenciam entre si mais na forma que no conteúdo. Isso ocorre porque a política externa dos EUA é regida por uma espécie de missão, na qual a necessidade histórica e a predestinação de ‘libertar’ e proteger o mundo de ameaças que comprometam os ideais do liberalismo definem as diretrizes das relações dos Estados Unidos com outros países (OLIVEIRA, 2000; HOGAN, 1999). No entanto, as diferenças na condução e na priorização de assuntos tanto domésticos quanto internacionais foram em alguns casos decisivas para o agravamento de processos históricos em andamento, conforme apontam as construções narrativas analisadas pelo nosso trabalho. Por isso, ainda que não deva ser tomada em absoluto, cabe uma distinção básica entre os partidos.

O Partido Republicano, de modo geral, contempla grupos políticos de tendências mais liberal-conservadoras que defendem o Estado mínimo por meio, por exemplo, da redução de impostos e corte de gastos públicos. O conservadorismo do partido dá maior vazão à urgência pela defesa nacional, o que favorece o florescimento de um anticomunismo mais severo. Já o Partido Democrata agrega setores políticos adeptos de uma visão mais atualizada do liberalismo estadunidense associada a um Estado de bem-estar social. Para tanto, advogam uma maior participação do governo tanto em questões econômicas, no sentido de permitir maior igualdade de oportunidades, quanto em questões sociais por meio de programas de assistência.

Atentos a essas questões, a nossa pesquisa busca um distanciamento do que ficou conhecido como História Diplomática, isto é, uma narrativa mais superficial dos eventos oficiais das chancelarias. Por valorizar fatos objetivos e limitar-se aos despachos diplomáticos, restringindo a sua abordagem aos agentes oficiais e ao Estado, a História Diplomática tende a negligenciar as disputas internas entre projetos políticos antagônicos, especialmente na sua

dimensão simbólica, organizando a narrativa em torno de posicionamentos e decisões tomadas como um produto acabado sem discutir muitas vezes as pressões internas e externas a que tais posturas estiveram sujeitas no debate político (SARAIVA, 2008). Nesse sentido, a nossa análise do Segundo Governo Vargas visa resgatar a importância da investigação dos termos em que se deu o debate político da época e dos avanços e recuos que fatores endógenos e exógenos proporcionaram ao projeto político varguista.

A escolha pelo uso da imprensa escrita - ao invés de documentos diplomáticos oficiais - como fonte privilegiada para se estudar as relações Brasil-Estados Unidos se deu por motivações teórico-metodológicas específicas⁴. Acompanhando algumas das recentes tendências dos estudos da História das Relações Internacionais, pensamos que os jogos de interesse e as circunstâncias geopolíticas que permeiam a elaboração da política externa de um país não são estruturas providas de racionalidade própria nem aprisionadas em modelos rígidos elaborados à priori que precisam ser resgatados pelo historiador (SARAIVA, 2008). Entendemos que as redes de poder que mediam as relações entre os países são condicionadas por uma multiplicidade de variáveis, esquemas e desvios que extrapolam as esferas oficiais da diplomacia e do Estado (CERVO; BUENO, 2002). Assim, acreditamos ser a tarefa do historiador partir em busca da inteligibilidade das posturas assumidas encontrando os limites e as coerências nos modelos sistematizados por cientistas políticos ou estudiosos das relações internacionais. Portanto, para nós, na História das Relações Internacionais deve haver espaço para o circunstancial, o imprevisto e para a influência de atores não oficiais como agências de publicidade e a mídia, por exemplo.

⁴ A fim de conduzir esta investigação fizemos uma análise qualitativa do jornal *Última Hora (UH)*, uma espécie de porta-voz do Governo Vargas, que possuía à época grande circulação nas principais capitais do país e notável penetração em setores variados da sociedade brasileira. Em nossa pesquisa, as edições do periódico, que encontram-se armazenadas *online* no site da Hemeroteca da Biblioteca Nacional (<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>), foram acessadas, lidas, fichadas e baixadas. Devido à abundância de conteúdos que se referem a assuntos internacionais, optamos por centralizar nossa análise nas capas das edições - buscando em seu interior as matérias relativas às manchetes de interesse - e nas páginas em que constam as principais notícias sobre relações internacionais. O critério de seleção das fontes priorizou notícias que tratavam diretamente das eleições presidenciais estadunidenses, delineavam perfis dos candidatos ou de figuras políticas envolvidas no processo e que versavam sobre a política externa - especialmente direcionada ao Brasil ou à América Latina - implementada no fim do governo Truman e no início da gestão Eisenhower. Assim, o conjunto dos documentos selecionados em nosso estudo inclui editoriais, matérias de opinião escrita por figuras brasileiras ou em circulação no exterior, informes importados de agências internacionais de notícias, reportagens de correspondentes do *UH* em outros países e comentários de colunistas do próprio *vespertino*.

Alicerçados nessa perspectiva, examinaremos o jornal *Última Hora*⁵ como um agente não oficial produtor de discursos e difusor de um imaginário político que legitime tanto as políticas internas quanto externas de Vargas. Abordando nosso tema pela via da imaginação política e do condicionamento de uma opinião pública favorável às posturas do governo, observamos quais imagens de Brasil e de Estados Unidos foram elaboradas e veiculadas com o objetivo de que o exercício do poder governamental esteja ancorado e validado no seio da opinião pública brasileira. Evidentemente, seria ingênuo pensar que essas imagens foram absorvidas e incorporadas por todos os seus leitores. Seguramente, isto não ocorreu. No entanto, a própria (re)produção de discursos mobilizadores de ação e capitalizadores de lutas simbólicas por legitimidade nos dá indícios do que estava em jogo nos meandros das relações Brasil-EUA naquele momento (BACZKO, 1985; BOURDIEU, 2007).

Por entre as páginas do vespertino encontramos construções bem definidas – que buscam fazer frente a tantas outras que circulavam à época - do que seria um Brasil legitimamente nacionalista, autônomo, independente, aliado ou mesmo ressentido dos EUA. De forma semelhante, nos deparamos com projetos de futuro que dialogam com imagens de um Estados Unidos forte, líder, moderno, generoso, mas que também pode ser soberbo, imperialista e explorador. É, então, a partir de elaborações simbólicas como essas que entrevemos quais aspirações e expectativas brasileiras eram convenientes e coniventes com a orientação varguista das relações entre os dois países.

Recorramos a um exemplo didático do papel do *UH* na construção de imagens mentais – sejam elas acatadas em maior ou menor intensidade pelos leitores - que direcionaram o debate político. Comprometido com os ideais varguistas de busca pela “autonomia frente a Washington e novos espaços de inserção internacional, fora do hemisfério” (VISENTINI, 2010, p. 212), o *Última Hora* empenhava-se em difundir uma imagem complacente da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), considerada um núcleo intelectual de resistência latino-americana à hegemonia estadunidense. Nas páginas do periódico, a CEPAL era frequentemente mencionada

⁵ O vespertino *Última Hora*, originalmente publicado no Rio de Janeiro, passou a ter uma sede e a circular em São Paulo, com edições semelhantes ao da capital carioca que incluíam notícias locais do estado. Segundo a biografia de Samuel Wainer (1993), e os levantamentos de Ana Maria Abreu Laurenza (1998), os quais tiveram por base números fornecidos pelo Anuário de Imprensa, já em 1951, ano de sua fundação, o *Última Hora* atingiu tiragem de 92.000 exemplares, em 1952 chegou a 100.000 e nos dois anos seguintes a 140.000 cópias de jornal. Além disso, como forma e autoafirmação e provocação da concorrência, o *UH* tinha o costume de divulgar em suas capas, com alguma frequência, o número das tiragens alcançadas. Conforme essa divulgação, o jornal atingiu picos de até 300.000 exemplares em 1954.

pelos seus êxitos e, na maioria das notícias a seu respeito, era enfatizada a posição de destaque do Brasil na liderança dos países latino-americanos. Em junho de 1951, na edição 11 do vespertino, foi publicada uma nota cuja manchete “O Brasil Sustenta a CEPAL” era seguida do *lead* “Vitoria [sic] do Itamarati contra o Departamento de Estado” (O BRASIL, 11jun.1951, p. 2). Já nessas duas frases de destaque que precedem a notícia é possível perceber alguns elementos que orientam o olhar do leitor. A manchete claramente privilegiava a posição do Brasil como país forte e protetor dessa comissão composta por países da América Latina, os quais, ao longo da notícia não foram mencionados, com exceção do Chile e de Cuba. Além disso, a palavra *vitoria* que aparece no *lead* situava o Itamarati e o Departamento de Estado em lados antagônicos, evidenciando mais uma rivalidade entre as chancelarias que uma discordância comum em negociações internacionais.

Analisando o texto desta nota, a informação mostra-se ainda mais preta de significados. Na matéria, é noticiado que em uma reunião de Chanceleres no México, a firmeza do Itamarati salvou a CEPAL da tentativa estadunidense de dissolvê-la fundindo-a com o Conselho Interamericano Econômico e Social (CIES). A notícia ressaltava que “Ao contrário da CEPAL, cuja orientação favorece o desenvolvimento dos recursos latino-americanos, por meio da industrialização, o CIES é um órgão extremamente dócil aos interesses norte-americanos.” (O BRASIL, 11jun.1951, p.2). Nessa afirmativa, observamos que o *desenvolvimento dos recursos latino-americanos* encontrava-se em posição antinômica em relação aos *interesses norte-americanos*, o que demarca as poucas perspectivas de conciliação entre as necessidades da América Latina e da grande potência americana vislumbradas naquele momento pelo jornal.

Mais adiante, o leitor era informado que a orientação categórica de resistir às pressões dos Estados Unidos foi dada por Vargas a João Neves da Fontoura, à época chanceler do Brasil. A associação de posturas de maior autonomia em relação aos EUA com a figura do presidente era um recurso amplamente utilizado pelo jornal. Num contexto em que expectativas de desenvolvimento e de participação mais ativa no processo de rearranjo das forças internacionais estavam em jogo, o *Última Hora* se empenhava em transformar Getúlio Vargas no protagonista dessas conquistas, numa espécie de herói nacional (GIRARDET, 1987). Tal postura de resistência às pressões dos EUA assumida pelo Itamarati – e chefiada por Vargas – era tida, então, como grande mérito brasileiro, o que colaboraria para situar o país na condição de potência regional capaz de defender seus interesses frente a Washington. Além disso, a notícia recorria

ainda ao comparativo conveniente com o governo anterior, do general Eurico Gaspar Dutra, cujo chanceler, Raul Fernandes, era acusado de empreender uma política abstencionista em relação às pressões estadunidenses. O contraste com um passado de subserviência é não só uma eficaz estratégia para reafirmar o compromisso do governo sucessor com a busca pela autonomia brasileira em relação às grandes potências mundiais, mas também um indicativo de tensão na política interna que motivava a necessidade de inspirar confiança nas mudanças propostas pelo Governo de Vargas.

Antes de iniciarmos a análise propriamente dita das construções simbólicas referentes à transição presidencial Truman-Eisenhower, cabem algumas considerações sobre o lugar social e as relações de poder nas quais o jornal *Última Hora* estava inserido. Diante de um cenário de fortes pressões estadunidenses aliadas aos receios das elites conservadoras em relação às forças nacionalistas que emergiam ao fim do repressivo governo de Dutra, Vargas, ao candidatar-se às eleições de 1950 pelo PTB encontrou uma articulada oposição que gravitava em torno da grande imprensa carioca da época (MUNHOZ, 2010a)⁶. Sobre a animosidade da oposição da mídia impressa a Vargas, D’Araujo pondera que:

A oposição sistemática da imprensa não logra minar as bases do getulismo, mas constitui-se efetivamente em fator primordial para a formulação do que se poderia chamar de *antiprojeto*, já que é formulado basicamente sobre a não-aceitação das medidas tomadas pelo Governo. Ao nível ideológico, é através da grande imprensa que se expressam fundamentalmente as críticas dirigidas à política de Vargas. É através dela que as insatisfações e divergências dos grupos dominantes ganham ressonância, transformando os grandes jornais em núcleos poderosos da resistência ao Governo (D’ARAÚJO, 1992, p. 29).

Esse *anteprojeto*, que vociferava duras críticas a Vargas antes mesmo de sua vitória eleitoral e que não daria tréguas ao longo do mandato, gozava da simpatia dos Estados Unidos. Segundo Wainer, “os americanos jamais gostaram de presidentes com ideias nacionalistas, e essa rejeição era agravada naquela época pelos ventos de Guerra Fria” (WAINER, 1988, p.125). De fato, um memorando de agosto de 1950 emitido pela Embaixada dos EUA no Brasil ao Departamento de Estado em Washington atesta a preocupação estadunidense em relação às políticas nacionalistas de Vargas. Nesse documento, que relata uma conversa entre Walder Sarmanho - cunhado do presidente e o então Consultor de Economia da Embaixada do Brasil - e

⁶ O texto de Sidnei Munhoz sobre as relações Brasil-EUA durante o Governo Dutra traz reflexões fundamentais para compreendermos o cenário político posto quando Vargas chegou democraticamente ao poder em 1950. Sobre isto ver: Munhoz (2010).

oficiais da Embaixada dos EUA, Sarmanho diz querer desconstruir uma falsa impressão que prevalecia entre certos círculos estadunidenses de que Vargas, caso eleito, seria anti-Estados Unidos devido às suas tendências esquerdistas. O Consultor afirma aos oficiais estadunidenses, então, que dadas as circunstâncias daquele período, qualquer presidente brasileiro cooperaria com os Estados Unidos (OFFICE MEMORANDUM, 1950). Diante desse cenário, era preciso não só reagir na esfera burocrática aos ataques internos e às pressões estadunidenses advindas de receios em relação a posturas nacionalistas, como o fez Sarmanho, mas também convencer a opinião pública de que os cidadãos brasileiros haviam feito a escolha certa ao eleger Vargas para presidente em outubro de 1950.

Sob essas circunstâncias, Getúlio propôs, em 1951, a Samuel Wainer, jornalista anteriormente ligado aos *Diários Associados*, que fundasse um jornal de massas capaz de fazer frente à oposição da grande mídia. Ainda que explicitamente getulista, estampando uma carta de Vargas celebrando a criação do jornal na primeira página da edição inaugural, em 12 de junho de 1951, Wainer enfatizava que o *UH* era um jornal do povo para o presidente, e não o contrário. No entanto, mais do que uma arma de luta do povo, o *Última Hora* era um instrumento de legitimação do poder político de Vargas em resposta às pressões internas e externas da oposição.

Desse modo, entendemos que há uma forte relação de proximidade política entre o *Última Hora* e o Governo. Tal ideia ganha força se observarmos a declaração de Wainer⁷ de que “costumava consultar Getúlio sempre que surgiam fatos e assuntos diretamente ligados aos interesses do presidente. Ele também me fazia sugestões e transmitia opiniões, regularmente, de viva voz ou através de intermediários” (WAINER, 1988: 150). Da mesma forma, o jornalista também atacava ministros com o consentimento - nem sempre explícito - de Vargas. Aliando o contexto de seu surgimento ao seu comprometimento com o getulismo, o que algumas vezes significava posicionar-se contrariamente a fontes de lucro (banqueiros e empresários), pensamos que o discurso do *UH* não era ditado diretamente pelos seus financiadores; a relação era inversa: fazia-se concessões no discurso que se propunha – ao sabor dos interesses dos poderosos – para que seu projeto político pudesse ter condições materiais de ser veiculado. Por exemplo, concessões a “adversários” eram feitas, de forma que é possível encontrar anúncios publicitários

⁷ Em nossa pesquisa, concebemos a biografia de Samuel Wainer como construção discursiva complementar à do jornal *Última Hora*, contribuindo significativamente para a investigação das relações de poder em que os círculos políticos varguistas e o seu principal representante na grande imprensa brasileira, o *UH*, estavam inseridos.

da Esso⁸ (em geral ocupando pelo menos um quarto da página) estampados no jornal, ainda que a exploração nacional do petróleo, via Petrobrás, fosse uma das grandes bandeiras políticas do periódico e do próprio Vargas.

Para melhor compreender a natureza do imaginário político elaborado e propagado pelo jornal é preciso situá-lo na atmosfera social e política em que proliferou. Desde pouco antes da vitória de Getúlio Vargas nas eleições de 1950, o debate político brasileiro concentrava-se em torno da entrada de capitais estrangeiros e da nacionalização da exploração de minerais estratégicos (CERVO; BUENO, 2002; HIRST, 1990). A necessidade de expandir a produção, acelerar a industrialização e melhorar a infraestrutura para acomodar a inflação das classes urbanas era ideia corrente e de certa forma consolidada (RAMOS, 1960). Além disso, depois de participar junto aos vencedores da Segunda Guerra Mundial, o Brasil desejava colher os louros da vitória capitalista: entrar para a modernidade e abraçar o progresso. As tensões políticas surgiram, no entanto, a partir das discrepâncias contidas nos diferentes projetos nacionais para alcançar o desenvolvimento. O caminho para a modernidade não era uníssono (ABREU, 1996).

Grosseiramente, podemos dizer que o debate político estava polarizado entre “entreguistas” e “nacionalistas”⁹. Essa denominação frequentemente encontrada em grande parte do discurso político da época - e traduzida posteriormente por Alzira Alves de Abreu (1996) como uma disputa entre “nacionalistas” e “antinacionalistas” - revela o caráter dicotômico e a força dos antagonismos no debate político do início dos anos de 1950. Para Abreu (1996), foi precisamente essa rivalidade entre ambos estes grupos que delimitaram os pontos de convergência e divergência da política brasileira e deram o tom da condução dos assuntos políticos pelo Governo. Destarte, os chamados “entreguistas” normalmente identificavam-se com a elite liberal-conservadora e uma parte da burguesia industrial. Esses eram os setores que defendiam que o desenvolvimento e a industrialização brasileira deviam ser realizados mediante a entrada irrestrita de capital estrangeiro. Advogavam, portanto, em favor da abertura do mercado, dos investimentos privados e caracterizavam-se, via de regra, pelo alinhamento aos EUA e, por isso, receberam a alcunha de “entreguistas”.

⁸ Vale ressaltar que a Esso faz parte do grupo *Standard Oil Company*, que, chefiado pela família Rockefeller dos EUA, procurou de diversas formas inviabilizar a nacionalização da exploração do petróleo brasileiro. Nesse sentido, a criação da Petrobrás e a legislação relativa à exploração petrolífera no Brasil representou uma derrota para os interesses do grupo.

⁹ Essa denominação é frequentemente usada de modo pejorativo por setores nacionalistas ou mais alinhados à esquerda. Optamos por usá-la para fins didáticos.

Já os “nacionalistas” eram a parcela da sociedade que defendia que o processo de modernização do Brasil deveria ter o Estado como protagonista. Assim, deveriam haver restrições à entrada de capital e ao lucro estrangeiros para que se pudesse fortalecer a indústria de base e o mercado interno do país. Em geral, ao contrário do que muito se pensou, os nacionalistas representados por Vargas – mais moderados - não eram contra a entrada de capital estrangeiro ou mesmo radicalmente antiimperialistas. Ainda que houvessem nuances entre os nacionalistas, esse setor reconhecia a necessidade de investimentos estrangeiros, porém acreditavam que o capital externo deveria ser gerido pela ação estatal a fim de proteger a economia interna. Devido às restrições que com frequência impunham ao capital estadunidense, os nacionalistas geralmente entravam em conflito com os interesses dos EUA, ainda que, na maioria das vezes o confronto não fosse aberto e declarado (RAMOS, 1960; VISENTINI, 2010).

Dessa forma, as relações do Brasil com os Estados Unidos naquele período orientavam-se pelo que Paulo Visentini (2010) chamou de “barganha nacionalista”, ou seja, pela busca de auxílio econômico, a fim de viabilizar o aparelhamento da indústria e a melhoria nos transportes, em troca de apoio estratégico a Washington, por meio da cumplicidade nos programas anti-comunistas estadunidenses de segurança nacional e da negociação de minerais estratégicos brasileiros a preços generosos. Já a política externa dos EUA em relação à América Latina tinha como objetivo central, desde o fim da Segunda Guerra, eliminar restrições e controles cambiais para facilitar a entrada de capitais privados (VISENTINI, 2010).

Esse quadro se configurou após a frustração dos latino-americanos diante da promessa de cooperação e apoio ao desenvolvimento do hemisfério que os Estados Unidos haviam sinalizado durante a guerra, conforme observaram autores como Leslie Bethell (1991) e Frank McCann (1995). À revelia das promessas, em 1950, a América Latina era a única região do mundo que não gozava de um programa de ajuda dos EUA (BETHELL, 1991). Analisando as expectativas e intenções brasileiras que motivaram a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, McCann (1995) entende a frustração brasileira como a de um “aliado esquecido”. Segundo ele, ainda que o desenvolvimento proveniente do pós-Guerra tenha sido inegavelmente benéfico, a mudança de foco dos EUA para a Europa deixou a sensação de que os esforços brasileiros não foram devidamente reconhecidos pelo mundo.

Passado o mandato de Dutra, período de fortalecimento das elites conservadoras em que o alinhamento incondicional aos EUA levou à redução da capacidade brasileira de barganhar

ajuda econômica e status político no cenário mundial que emergia, a eleição de Vargas prometia mudanças no perfil diplomático do Brasil (MUNHOZ, 2010a). Em termos de política externa, o segundo governo de Getúlio promovia a busca pela multilateralidade nas relações, o aumento da representação do Brasil em organizações internacionais, expansão de parceiros comerciais e a atração de financiamentos sob a tutela do Estado para custear a industrialização e a exploração de recursos minerais. As expectativas dos setores pró-Vargas eram, então, as de modificar o perfil de inserção nacional do Brasil no cenário mundial por meio da conquista da bilateralidade nas negociações com os EUA e da emancipação econômica. (BANDEIRA, 1973).

Na prática, a conquista desses objetivos seria um tanto mais complicada que parecia. Os Estados Unidos consideravam

pouco atraente investir na infraestrutura brasileira, quando seu capital sofria restrições nos setores de seu interesse prioritário, como o de remessa de lucros, controlado pelo governo brasileiro. Além disso, as atitudes e o discurso nacionalista do governo Vargas, eram encarados como um fator de risco (VISENTINI, 2010: 219).

Desse modo, comprometido com o que convencionou-se chamar de Doutrina Truman, as atenções do presidente estadunidense estavam todas voltadas para a contenção do comunismo nas “zonas de risco” de influência soviética, como a Europa Oriental e a Ásia, cujas economias estavam sendo brindadas com vultosos investimentos dos EUA. Segundo Gilderhus (2000), Truman esquivava-se dos pedidos de auxílio econômico relegando a América Latina ao capital privado dos Estados Unidos. Além disso, a sua gestão sustentava posturas contraditórias: ao mesmo tempo em que defendia um mundo de portas abertas ao livre mercado internacional (*Open Door Policy*), prezava por um mercado latino-americano restrito aos laços especiais com os EUA. Por isso, a fim de preservar o apoio cativo latino-americano, o presidente não podia virar completamente as costas para o hemisfério e, foi em busca de brechas nessa postura de Washington que a barganha nacionalista brasileira foi empregada. Como resultado, foram feitas promessas de auxílio econômico, instalou-se a Comissão Mista Brasil-EUA (CMBEU)¹⁰, e

¹⁰ A criação da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos foi proposta ainda no governo Dutra, quando haviam se intensificado as tensões entre Brasil e EUA. No entanto, a CMBEU foi instalada em 1951, composta por técnicos e economistas de ambos os países que formulariam projetos para serem submetidos a instituições financeiras, como o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e o Banco de Exportação e Importação (Eximbank). As prioridades que orientariam os rumos da CMBEU, segundo o governo brasileiro, seguiriam os pontos de estrangulamento ao desenvolvimento indicados pelo relatório ABBINK de junho de 1949, como a melhoria nos sistemas de transporte para o escoamento da produção e a exploração dos recursos minerais para a geração de energia.

concedeu-se empréstimos pelo BIRD e Eximbank em condições razoáveis. Ademais, o Brasil beneficiou-se do auxílio técnico dos Estados Unidos mediante o envio de especialistas para a realização de estudos e treinamento de profissionais brasileiros em áreas como geologia, engenharia e mesmo nas experiências com energia nuclear.

José Augusto Ribeiro (2001) sustenta que “De Roosevelt para Truman, em 1945, o Brasil sofrera perdas substanciais em seu relacionamento com os Estados Unidos, embora o governo Truman tentasse manter de pé uma fração, ao menos, da herança de Roosevelt.” (RIBEIRO, 2001: 126). Por isso, as posturas brasileiras nas conversações com Washington seguiam a orientação de conquistar o máximo de auxílio possível dos EUA, já que o Brasil não se sentia devidamente compensado pelos esforços de sua participação no último conflito mundial. Como podemos ver, as relações Vargas-Truman foram pautadas pelo ressentimento brasileiro diante das prioridades dos EUA e por um clima de desconfiança mútua.

Agravadas as tensões no cenário internacional da Guerra Fria, a apreensão com a transição Truman-Eisenhower ganhou um caráter agudo. O amigo pessoal, ex-chanceler e futuro Ministro da Fazenda do Segundo Governo Vargas, Oswaldo Aranha, escreveu uma carta para Danton Coelho, presidente do PTB e futuro diretor do *Última Hora*, afirmando “que o governo de Truman havia sido até então o dos pequenos negócios, já o de Eisenhower, prometia ser o governo dos magnatas, o primado de Wall Street” (RIBEIRO, 2001: 126). Em carta endereçada diretamente a Vargas, Aranha enfatizava: “O capitalismo no poder não conhece limitações, sobremodo as de ordem internacional. (...) Os Estados Unidos estão entrando ou vão entrar em guerra com todos os povos...” (RIBEIRO, 2001: 126).

A discussão em torno da sucessão de Truman, aparece com semelhante carga de apreensão nas páginas do *Última Hora*. As especulações, no entanto, começaram de forma sutil. Atento às nuances do debate político estadunidense, o jornal introduz o candidato Eisenhower aos seus leitores como uma figura ambígua. Na capa da edição 408, de 09 de outubro de 1952, o *UH* publicou um comunicado em que ressaltava a importância das eleições estadunidenses para todos os países do mundo, em especial para aqueles que assim como o Brasil nutrissem laços de amizade e interesses em comum. Portanto, o jornal anunciava a mobilização de serviços e correspondentes para cobrir o processo eleitoral, chamando atenção para a sua relevância (AS ELEIÇÕES, 1952: 1). Nessa mesma capa, o vespertino divulgou uma nota veiculada pela *United Press* afirmando que, segundo o jornal parisiense *Le Monde*, Stalin torceria pela vitória de

Eisenhower por acreditar que um governo reacionário, após 20 anos de administração democrata, causaria descontentamento na sociedade estadunidense e que isto poderia gerar um “terreno fértil para o comunismo”. Desse modo, na mesma edição em que o jornal convidava o leitor para inteirar-se dos debates sobre as eleições dos EUA, optava por expor, como um dos primeiros elementos que iriam compor a discussão, a figura de Eisenhower associada à projeção de um cenário duplamente negativo: a vitória do possível conservadorismo desagregador que o candidato representava e a supostamente subsequente infiltração comunista nos Estados Unidos (O CANDIDATO, 1952: 1).

Em 11 de outubro, na página 6 da edição 410A, o colunista N. B. da Costa fazia um levantamento biográfico de Eisenhower ressaltando sua popularidade e suas conquistas militares. Em seu texto, os aspectos positivos da trajetória de Ike eram associados à admiração que Truman nutria pelo candidato, ainda que, para sua decepção, Eisenhower tivesse optado pelo Partido Republicano (COSTA, 1952a: 6). Na edição seguinte, também na página 6, o referido colunista traçava semelhante levantamento biográfico de Stevenson, o candidato pelo Partido Democrata, pontuando que além de não ser tão carismático como Eisenhower, ele próprio já questionou sua competência para governar os EUA. Ao final do artigo, Costa afirmava ainda que, se eleito, Stevenson seria o primeiro presidente divorciado, o que claramente era algo mal visto à época (COSTA, 1952b: 6).

A dissimulação do posicionamento do jornal continuava flagrante quando N. B. da Costa voltou a falar sobre a corrida presidencial na edição do dia 14 de outubro de 1952 e afirmou que podia ocorrer de um bom candidato ter uma candidatura ruim e vice e versa. Em sua opinião, Eisenhower era um exemplo claro de um bom candidato com uma candidatura ruim, pois, a princípio, promoveu uma campanha sem definir seu partido, enquanto seu adversário demonstrou coesão desde que foi lançado oficialmente pelo Partido Democrata. O colunista ponderou que isso teria feito Eisenhower perder a vantagem que tinha sobre Stevenson, pois ao voltar atrás em suas atitudes e “levantar a bandeira” do Partido Republicano, teve que se submeter às condições dos membros do partido, como o radical senador Taft (COSTA, 1952c: 6).

Sustentando essa postura, o periódico claramente alinhava-se a parte do debate político estadunidense, pois, segundo afirma o historiador Warren Cohen (1996), Eisenhower era visto com reservas pelas alas mais à direita do partido republicano devido a algumas posturas heterodoxas. Na tentativa de apaziguar essa direita, o candidato se cercou de homens como

Nixon e McCarthy, símbolos autênticos do radicalismo e anticomunismo bélico. Essa aproximação com figuras mais radicais provocou incômodo entre aqueles que anseavam por mudança, mas desconfiavam do contraste acentuado em relação a Truman que republicanos mais conservadores ofereciam. Ao que nos parece, o *Última Hora* e os setores políticos que representava também almejavam mudanças na política estadunidense, no entanto, o receio em relação ao conservadorismo radical era maior.

Nas edições posteriores, as imagens de ambos os candidatos construídas pelo vespertino vão se tornando mais nítidas. À medida que Stevenson ia ganhando mais popularidade entre a opinião pública dos EUA, os elogios ao candidato e as críticas a Eisenhower iam escancarando-se. Tanto em pesquisas de opinião com observadores brasileiros, quanto nas coberturas dos acontecimentos e comentários de colunistas, Eisenhower era progressivamente associado às elites políticas e econômicas, além de ser criticado por ceder demais aos reacionários do Partido Republicano. Já Stevenson passava a ter sua imagem atrelada às massas, aos estrangeiros e às organizações estudantis que lutavam por igualdade e democracia. Em se tratando de um jornal que “prentedia transformar-se na expressão do getulismo” (WAINER, 1988:136) e desempenhar o papel de arauto das causas nacionalistas do povo, ficam claras as intenções e opiniões por trás desse tipo de associação.

A capa da edição 431, publicada em 5 de novembro de 1952, traz em destaque o resultado das eleições estadunidenses. As muitas fotos de Eisenhower e frases que classificavam o seu mandato como uma importante guinada na vida política dos Estados Unidos pareciam celebrar a sua vitória. Entretanto, no canto inferior esquerdo da página vê-se uma charge de Nássara, um dos caricaturistas do jornal. O desenho de Eisenhower dividido verticalmente ao meio tendo um lado escuro e outro claro seguido da frase “- Para a direita ou para a esquerda?” revelava a incerteza. Por qual caminho trilharia o General Ike, os Estados Unidos e o bloco ocidental? (NÁSSARA, 1952: 1).

Em parte dos círculos políticos e da opinião pública dos EUA, Eisenhower reunia grandes expectativas em torno de sua figura. O novo presidente era um homem experiente e preparado. Havia sido comandante de tropas responsáveis por derrotar legiões de Hitler, servido como comandante da força militar da OTAN, além de ter estabelecido extensivo contato com líderes europeus e soviéticos ao longo de sua carreira. Esse passado de conquistas inspirava a confiança de que ele seria o homem ideal para acalmar a histeria anticomunista que havia tomado conta dos

assuntos domésticos do país e para mobilizar a nação para enfrentar os desafios internos e externos que o mundo de 1953 preparava para a nação líder do bloco ocidental (COHEN, 1996).

No que diz respeito às relações com o Brasil, Maria Celina D'Araujo (1992) e José Augusto Ribeiro (2001) pontuam que o governo de Eisenhower delimitou o fim da já moribunda Política da Boa Vizinhança. D'Araujo (1992) explicita que a presidência do sucessor de Truman representou mudanças nas regras do jogo que afastaram ainda mais a possibilidade de auxílio econômico governo a governo. Antecipando-se ao pragmatismo econômico de Eisenhower, Oswaldo Aranha, que apesar de não ocupar nenhum cargo oficial do governo tinha notável influência sobre as decisões de Vargas, aconselhou o presidente brasileiro a pedir um acordo com os EUA, especialmente sobre empréstimos e atrasados comerciais, antes da posse de Ike. Havia uma urgência em liquidar velhas contas ainda com Truman. Assim, visando preparar o terreno para as relações futuras com a gestão republicana estadunidense, Aranha estabeleceu contato com líderes dos EUA e pediu um encontro com Eisenhower. Nesta ocasião, insistiria na necessidade de uma reformulação da política externa em relação à América Latina, propondo maior aproximação no continente, e argumentaria que “o Brasil era a chave do sucesso para os Estados Unidos na região. Colaborar em maior escala no desenvolvimento econômico do Brasil, declarou, seria beneficiar os próprios Estados Unidos” (RIBEIRO, 2001: 127).

Dada a receptividade de Vargas e o acolhimento protocolar de Eisenhower a essas propostas de aproximação com os EUA¹¹, a estratégia brasileira era então, naquele momento, barganhar a colaboração estadunidense para o desenvolvimento nacional antes que o partido de Eisenhower o pressionasse por restrições. Para tanto, era necessário regular os receios e inspirar uma atmosfera de otimismo e confiança, cuja expressão, não por acaso, encontramos no *Última Hora*. Na edição de 5 de novembro de 1952, a mesma que anunciava a vitória do novo candidato, foi publicada uma nota veiculada pela *United Press* que sustentava que a eleição de Eisenhower significava a continuação da cordial relação de amizade e do estreitamento dos laços de cooperação entre EUA e Brasil. Mais adiante, alegava que o presidente eleito nutria pelo Brasil uma calorosa amizade desde que o país colaborou com os Aliados na campanha da Itália na Segunda Guerra Mundial. Ainda segundo a nota, as boas relações entre os republicanos e o nosso país haviam sido iniciadas antes mesmo de Roosevelt implantar a Política da Boa Vizinhança.

¹¹ Eisenhower também teria aceitado a sugestão de Aranha de enviar a filha de Vargas e seu marido em visita oficial a Washington com “a missão de tornar menos difíceis, se não mais fáceis” (RIBEIRO, 200: 128) as relações entre Brasil e EUA.

Portanto, “os republicanos continuarão a prestar auxílio ao Brasil sem alteração, abandonando-se apenas o rótulo ‘Ponto IV’ de Truman”¹² (IKE, 1952: 6).

De fato, ao longo de todo o mês de novembro de 1952 as menções ao futuro presidente estadunidense estiveram revestidas de expectativas um tanto mais otimistas. Ainda que não seja perceptível um entusiasmo em relação ao assunto, as esperanças eram de que não houvesse grandes alterações na política internacional dos EUA, a não ser no sentido de um maior estreitamento dos laços com o Brasil. Em entrevista ao programa radiofônico *Voz da América*, nos EUA, Samuel Wainer, o fundador e diretor do *Última Hora*, declarava que a vitória do General havia sido “lógica e inevitável”, uma vez que num contexto de expansão do comunismo, as nações não-comunistas, especialmente representadas pelos EUA, procurassem se fortalecer. Alegava ainda acreditar que Dwight Eisenhower saberia reconhecer a importância estratégica de ter o Brasil no sistema de defesa da ONU, o que acarretaria numa aproximação entre ambos os países (SAMUEL, 1952: 3).

Tais declarações de Wainer evidenciam uma ênfase na colaboração política e militar dos EUA, mas não contemplavam o alvo de maior interesse brasileiro, a cooperação econômica. Analisando mais detidamente este aspecto, observamos que esse hiato entre os interesses de ambas as nações no que diz respeito à cooperação econômica e militar foi um importante impasse das relações entre Estados Unidos e Brasil desde o governo Truman. De acordo com Gilderhus (2000), desde o pós-Segunda Guerra, os Estados Unidos

abraçaram os governos latino-americanos como aliados políticos e militares, porém, por outro lado, consideravam a região como periférica em importância. Por este motivo, eles [os EUA] não deram qualquer ênfase equivalente a programas de modernização e desenvolvimento econômico (GILDERHUS, 2000: 113).

Dessa maneira, enquanto o Brasil de Vargas insistia no caráter político e na importância estratégica dos investimentos para o desenvolvimento latino-americano, os Estados Unidos os via pelo aspecto econômico, ou seja, como um problema a ser resolvido pelas instituições

¹² O Ponto IV era um programa anunciado por Truman que tornaria a tecnologia e a ciência dos EUA disponíveis para áreas subdesenvolvidas como o Sudeste Asiático – que se tornou a prioridade –, a África e a América Latina. O Ponto IV previa a concessão de créditos e a formação de uma comissão técnica mista para coordenar os investimentos privados nessas regiões. Pelo claro contraste com a “facilidade” de obtenção de auxílio econômico e financeiro obtida pelos países contemplados com o Plano Marshall, o Ponto IV foi entendido como um sinal de indiferença e do desinteresse dos EUA em relação à América Latina.

financeiras internacionais ou pela iniciativa privada de acordo com as leis do livre mercado. Assim, o Brasil e o restante da América Latina pediam a Washington cooperação econômica e ouviam de volta propostas de cooperação militar, especialmente no tocante ao apoio a medidas de contenção do comunismo.

Esse impasse era motivado não só pela disputa por áreas de influência entre ambos os lados da Cortina de Ferro. Por trás da ênfase na segurança do hemisfério, havia interesses específicos dos EUA. Além da preocupação com a disponibilidade dos recursos naturais da região, em especial os minerais estratégicos, em caso de uma guerra com a União Soviética (AYERBE, 2002), havia a apreensão dos Estados Unidos em relação à onda nacionalista e estatizante que tomava conta dos principais países latino-americanos. Essa tendência, aos olhos de Washington, podia significar obstáculos à entrada do capital estadunidense nos países da região. Portanto, auxiliar no fortalecimento da economia de nações que se pretendiam protagonistas do próprio desenvolvimento não era vantajoso economicamente para os EUA (BETHELL, 1991).

Tal choque de interesses encontra-se também estampado nas páginas do *Última Hora* sob a manchete *Reação da América Latina ao tratamento desdenhoso dos políticos americanos*. Na página 6 da edição do dia 29 de novembro, o vespertino publicou um artigo escrito por um de seus correspondentes em Nova York - cujo nome não era citado - que analisa a possível posição de Eisenhower diante da América Latina. Ao resgatar declarações do presidente eleito durante a sua campanha, o autor salientava a seguinte afirmativa do então candidato: “seria interessante ativar nos países insuficientemente desenvolvidos ou atrasados a produção de matérias-primas que os EUA necessitassem”. O correspondente rapidamente classificou tal declaração como estreita e imperialista, mas ressaltou que não se devia dramatizá-la, mostrando confiança na sensibilidade adquirida pelo General em seu passado de experiências militares e diplomáticas. Contudo, apesar de seguir a postura desconfiada, porém otimista em relação ao General estrategicamente demarcada pelo *UH*, o autor manteve o tom agressivo. Ressaltou o desdém e o desinteresse dos Secretários de Estado de Truman em relação à América Latina e convocou a região a assumir atitudes que “sem comprometer a lealdade, contenha dose bastante grande de firmeza nas relações com os Estados Unidos” (REAÇÃO, 1952: 6), caso isso se repetisse com Eisenhower. O texto expressava ainda pouca confiança no futuro Secretário de Estado John Foster Dulles, que assim como o fez o seu antecessor, Dean Acheson, teria, segundo o autor,

grandes chances de entregar os assuntos latino-americanos a ‘play-boys’, como afirma ter sido Edward Miller, o Secretário-adjunto do Departamento de Estado para os Assuntos Interamericanos da gestão Truman.

De fato, conforme Gilderhus (2000), um dos motivos para a Política da Boa Vizinhança ter se tornado inviável nos governos de Truman e notadamente no de Eisenhower foi a falta de compreensão de ambos os líderes de Estado no que diz respeito à realidade latino-americana. Visões preconceituosas pautadas na desinformação e em estereótipos enraizados no século XIX, construíram por muitas vezes imagens da América Latina como uma criança indisciplinada, ingênua, e incapaz de gerir-se política e economicamente (SCHOULTZ, 2000). Portanto, muitos estudiosos do assunto pontuam que a entrada de secretários com pouca experiência diplomática e e parco comprometimento com os assuntos da América Latina no Departamento de Estado, foi fundamental para o acirramento das tensões no continente americano. Sem dúvida, esse pode ter sido o caso de Edward Miller.

Nesse sentido, era contra a rigidez nas negociações, motivada por uma espécie de descaso, que o *Última Hora* convocou a América Latina a reagir, porém sem destruir os laços de amizade com os EUA. O apelo não era por um combate e sim pela conquista de um consenso, de um espaço para conversar de igual para igual com a grande potência americana. Condizente com as principais diretrizes da política externa de Vargas, o objetivo era alterar o perfil de dependência em relação a Washington renegociando a inserção internacional brasileira sobre outras bases. As expectativas orientavam-se, então, nesse momento de transição de um líder do Partido Democrata para um representante do Partido Republicano, pela conquista de espaço para o exercício da barganha visando a multilateralidade nas relações.

As notícias analisadas entre dezembro de 1952 e janeiro de 1953 revelam esperanças na conquista deste espaço. Em 5 de dezembro, na edição 457, é divulgado comentário do jornalista Edward Tomlinson, de Washington, sobre uma perspectiva de melhora nas relações entre os EUA e a Argentina, e, por extensão, entre os EUA e o hemisfério. Segundo Tomlinson, a saída de Edward Miller do cargo no Departamento de Estado gerou expectativas de que a atitude imperialista em relação às outras nações americanas diminuisse. O autor do artigo acrescenta que há, entre jornalistas e embaixadores estadunidenses e latino-americanos, a consciência da necessidade de uma reviravolta nas relações entre os Estados Unidos e o restante do continente (TOMLINSON, 1952: 6). Em 19 de janeiro de 1953, reforçando tal expectativa, o *UH* publicava

uma declaração de John Foster Dulles divulgada pela *United Press* de que o novo governo teria o objetivo de “robustecer” as relações com a América Latina (PRIMEIRA, 1953: 6). A opinião pública brasileira estava sendo, dessa maneira, bombardeada com indícios que alimentavam a perspectiva de mudança.

Esse quadro de otimismo permaneceu estável ao longo do início de 1953. Em fevereiro desse ano, relatos da viagem de Oswaldo Aranha para os Estados Unidos a fim de conversar com Eisenhower e Dulles transmitiam segurança ao leitor do *Última Hora*. Em depoimento para jornalistas, quando retornou da viagem, Aranha afirmou que o Brasil estava vivendo “uma nova era nas nossas relações com os Estados Unidos”. Segundo ele, a crescente ameaça comunista às várias regiões do mundo seria capaz de inspirar um olhar mais compreensivo dos homens que orientavam a política externa dos EUA em relação à América Latina. Afinal, a maneira mais eficiente “de combater ideologias dêsse tipo é certamente a de melhorar as condições de vida das populações subnutridas, em estado de revolta latente, dada a situação de abandono a que se acham relegadas” (MAIS, 1953: 1). Visto que a ênfase na cooperação militar e no aparelhamento das forças armadas latino-americanas nunca havia deixado de ser prioridade na política externa dos EUA, essa afirmação de Aranha mais parece ancorada nos seus próprios argumentos e desejos, uma vez que dificilmente encontrou receptividade na prática por parte do presidente e de seus secretários, que frequentemente relegavam a cooperação econômica a segundo plano.

Em 23 de fevereiro, edição 521, a manchete *Eisenhower mostrou com fatos e não com palavras que uma nova era se inicia nas nossas relações!* celebrava o empréstimo fornecido pelo Eximbank no valor de 300 milhões de dólares ao Brasil. O embaixador Walther Moreira Salles afirmou para o *Última Hora* que o empréstimo era uma grande demonstração de confiança que o Governo de Ike depositava na administração e na política econômica e financeira de Vargas. Comprometido com a construção e difusão de um imaginário político que inspirasse estabilidade e confiança no governo, o *UH* minimizava as tensões existentes e afirmava na matéria que não havia mais a “sombra que por um momento fugaz parecia perturbar as boas relações dos Estados Unidos com o Brasil” (DE PARABÉNS, 1953: 1). No entanto, ao analisar o andamento dos trabalhos da Comissão Mista Brasil-EUA, para os quais convergia grande parte dos empréstimos estadunidenses ao Brasil, os cientistas políticos Dalio e Miyamoto (2014) observam que a liberação de tais créditos era concedida a duras penas e mediante fortes pressões dos EUA. Dentre as condições impostas, os autores destacam que

Em janeiro de 1953, quando suprimiram as exigências impostas pelo DL 30.363 [decreto lei que instituía a regulamentação da remessa de lucros a 8%] e institui-se, em fevereiro seguinte, o mercado livre de câmbio, a exigência do BIRD passou a ser a quitação dos atrasados comerciais, alegando que o descumprimento dessa exigência colocaria em risco os projetos da CMBEU (DALIO; MIYAMOTO, 2014: 168).

Assim, o financiamento dos projetos da CMBEU via empréstimos concedidos por bancos internacionais, como o BIRD e o Eximbank, não eram exatamente um “voto de confiança” ao grande parceiro sul-americano, como denotava o jornal. Pelo contrário, servia como um elemento de pressão para garantir que os interesses estadunidenses não fossem comprometidos pelas políticas econômicas do governo brasileiro. Dessa forma, mediante quaisquer medidas que restringissem as liberdades do capital externo no Brasil, a ameaça de cortes nos empréstimos era rapidamente acionada em retaliação.

Essas contradições tornam flagrante o descompasso entre os fatos de 1953 e o discurso do jornal. Nos círculos políticos pró-Vargas era evidente que “a vitória dos republicanos representou o início de um governo pouco afeito às demandas das economias periféricas” (DALIO; MIYAMOTO, 2014: 164). Mesmo o Ministro das Relações Exteriores, João Neves da Fontoura, conhecido por sua postura pró-EUA, “prenunciava as dificuldades que o presidente norte-americano enfrentaria no setor externo, em face do ‘fundo isolacionista’ de seu partido.” (DALIO; MIYAMOTO, 2014: 164). Dessa forma, a cooperação econômica não viria como desejava o Brasil. Apesar da pretensa cumplicidade estampada nas páginas do vespertino, a desconfiança era mútua. As políticas varguistas de preservação da autonomia nacional esbarravam constantemente nos interesses dos Estados Unidos (AYERBE, 2002). Assim, muitas foram as tensões que envolveram as discussões sobre o preço teto do café, o financiamento dos projetos da Comissão Mista Brasil-EUA e o pagamento dos atrasados comerciais, por exemplo.

De acordo com Dalio e Miyamoto (2014), o fracasso e o fechamento unilateral da CMBEU pelo governo de Eisenhower em 21 de dezembro de 1953, foi a expressão mais imediata da crise nas relações bilaterais Brasil-EUA daquele período. O fim da instituição catalisadora que induziu Vargas a definir os rumos da industrialização do Brasil, com apoio técnico dos EUA e financiamento facilitado por bancos internacionais, representou um desgaste nas relações entre os dois países que nem mesmo a reforma ministerial de Vargas em 1953 ou a visita do irmão do presidente, Milton Eisenhower, conseguiram remediar.

Ao que parece, as promessas de estreitamento das relações com a América Latina e a retórica pan-americanista de Eisenhower e Dulles foram instrumentalizadas pelo *UH* como força mobilizadora de credibilidade. Construir uma impressão de consonância de interesses entre Brasil e EUA era atestar que a “barganha nacionalista” de Vargas era não só compatível com as demandas domésticas, mas também bem acolhida pela conjuntura internacional. Além disso, como jornal criado com o intuito de fazer frente ao cerco da grande imprensa oposicionista que se fechava contra Vargas naquele momento, a sensação de conquista de espaço nas relações com a maior potência mundial cumpria função apaziguadora de críticas e denúncias da oposição.

Dessa forma, entendemos que a elaboração desses discursos e dessas imagens de Brasil e de Estados Unidos não nos informa sobre o que realmente pensavam os homens que decidiam os destinos da política externa brasileira ou estadunidense. Ela nos mostra uma outra dimensão do poder. Um poder ancorado num sistema simbólico que ao estabelecer um sentido imediato do mundo atribuindo significados aos acontecimentos, tem o objetivo de fazer assentar a solidariedade e a integração social em torno de um projeto político (BOURDIEU, 2007). Nessa perspectiva, assumir posturas de confronto ou consenso em relação aos Estados Unidos quando a tensão entre ambos os países era crítica significava reforçar a autonomia e a emancipação econômica brasileiras ou mesmo garantir que houvesse brechas discretas para evitar conflitos mais graves e para fazer arrefecerem as retaliações das forças políticas antagônicas internas e externas. Tal qual o “*approch* dialético” da política de Vargas a que se refere Skidmore, as narrativas construídas pelo *UH* equilibravam estrategicamente ortodoxia e nacionalismo, ou, em outros termos, consonância e confronto de interesses com os EUA: “era o típico estilo de Vargas” (SKIDMORE, 1982: 132).

Referências

ABREU, Alzira Alves de (org). *A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

ALZUGARAY, Carlos. La administración Eisenhower y su política exterior. In: _____. *Cronica de un fracaso imperial: la administración Eisenhower y el derrocamiento de la dictadura de Batista*. La Habana: Editoria Ciencias Sociales, 2000.

AYERBE, Luis Fernando. *Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

BACZKO, Bronislaw. *A imaginação social* In: LEACH, Edmund et alii. *Anthropos-Homem*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

BETHELL, Leslie. From the second world war to the cold war: 1944-1954. In: LOWENTHAL, Abraham F. (ed). *Exporting democracy: The United States and Latin America – themes and issues*. Baltimore and London: The Johns Hopkins University Press, 1991.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 11ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

CERVO, Amado Luiz. *Relações internacionais da América Latina: velhos e novos paradigmas*. Brasília: IBRI, 2001.

____; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. 2. ed. Brasília: EdUNB, 2002.

COHEN, Warren I. America in the age of soviet power, 1945-1991. In: *The Cambridge History of American foreign relations*. v. IV. Cambridge University Press, 1996.

DALIO, Danilo José; MIYAMOTO, Shiguenoli. O Governo Vargas e a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos. *Idéias - Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp*, v.2, n.1. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ideias/article/view/62> . Acesso em 11/11/2014.

D'ARAÚJO, Maria Celina Soares. *O Segundo Governo Vargas (1951-1954): democracia, partidos e crise política*. 2 ed. São Paulo: Ática, 1992.

DAVIS, Sonny. Brazil-United States military relations in the early post-World War era. In: *Diálogos*, Maringá, v. 6, 2002.

GILDERHUS, Mark T. *The second century: U.S.-Latin American relations since 1889*. Wilmington, DE: Scholarly Resources, 2000.

GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

HIRST, Monica. *O pragmatismo impossível: a política externa do Segundo Governo Vargas (1951-1954)*. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação Histórica Contemporânea do Brasil, 1990.

HOGAN, Michael J. (org.). *The Ambiguous Legacy*. U.S. Foreign relations in the 'American Century'. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

MCCANN, Frank. Brazil and the World War II: The forgotten ally – What did you do in the war, Zé Carioca?. *Estudos Interdisciplinarios de America Latina y el Caribe*, v. 6, n. 2, jul-dec. 1995.

MOURA, Gerson. *Relações exteriores do Brasil: 1939-1950. Mudanças na natureza das relações Brasil-Estados Unidos durante e após a Segunda Guerra Mundial*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012.

MUNHOZ, Sidnei J. Ecos da emergência da Guerra Fria no Brasil (1947-1953). *Diálogos*, Maringá, v. 6, 2002.

____. Na gênese da Guerra Fria: os EUA e a repressão ao comunismo no Brasil. In: ____; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. (orgs.). *Relações Brasil-Estados Unidos: séculos XX e XXI*. Maringá: Eduem, 2010a.

____. Notas introdutórias ao estudo das relações entre o Brasil e os EUA nos séculos XX e XXI. In: ____; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. (orgs.). *Relações Brasil-Estados Unidos: séculos XX e XXI*. Maringá: Eduem, 2010b.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Americanos: representações da identidade nacional no Brasil e nos EUA*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

RAMOS, Plínio de Abreu. *Brasil, 11 de novembro*. São Paulo: Editora Fulgor, 1960.

REMOND, René (org). *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RIBEIRO, José Augusto. *A era Vargas 1950-1954*. Rio de Janeiro: Casa Jorge Editorial, v. 2, 2001.

SARAIVA, José Flávio Sombra. *História das relações internacionais contemporâneas*. São Paulo: Saraiva, 2008.

SCHOULTZ, Lars. *Estados Unidos: poder e submissão – uma história da política norte-americana em relação à América Latina*. Bauru: EDUSC, 2000.

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco, 1930-1964*. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

VISENTINI, Paulo G. O populismo e as relações Brasil-EUA (1945 a 1964): a dialética do alinhamento e da autonomia. In: MUNHOZ, Sidnei J. ; SILVA, Francisco Teixeira da. (orgs.). *Relações Brasil-Estados Unidos: séculos XX e XXI*. Maringá: Eduem, 2010.

Fontes

AS ELEIÇÕES americanas e a sua repercussão no Brasil. *Última Hora*, ed. 408, Rio de Janeiro, 09 out.1952. p.1.

O CANDIDATO de Stalin, *Última Hora*, ed 408, Rio de Janeiro, 09 out.1952. p.1.

COSTA, N. B. da. Observações sobre os candidatos: Eisenhower. À margem das próximas eleições nos Estados Unidos. *Última Hora*, ed. 410-A, Rio de Janeiro, 11 out. 1952a, p.6.

____. Algumas observações sobre o candidato Stevenson. À margem das próximas eleições nos Estados Unidos. *Última Hora*, ed. 410-B, Rio de Janeiro, 13 out. 1952b, p.6.

____. Truman-Stevenson vs. Taft-General Eisenhower. À margem das próximas eleições nos Estados Unidos. *Última Hora*, ed. 412, Rio de Janeiro, 14 out. 1952c, p.6.

NÁSSARA. Eisenhower visto por Nássara. *Última Hora*, ed. 431, Rio de Janeiro, 5 nov.1952, p.1.

SAMUEL Wainer, de Nova York, pela 'Voz da América': Brasil, fôrça de equilíbrio nos debates internacionais. *Última Hora*, ed. 446, Rio de Janeiro, 22 nov.1952, p.3.

IKE sente pelo Brasil a mais calorosa amizade. *Última Hora*, ed. 431, Rio de Janeiro, 05 nov.1952, p.6.

REAÇÃO da América Latina ao tratamento desdenhoso dos políticos americanos. *Última Hora*, ed. 452, Rio de Janeiro, 29 nov.1952, p.6.

TOMLINSON, Edward. Consequência da eleição de Eisenhower. Bem possível a melhora das relações Argentina-EE.UU. *Última Hora*, ed. 457, Rio de Janeiro, 05 dez.1952, p.6.

PRIMEIRA declaração de Foster Dulles: Tudo pelo fortalecimento das relações com a América Latina. *Última Hora*, ed. 493, Rio de Janeiro, 19 jan.1953, p.6.

MAIS forte do que nunca a amizade Brasil-EE.UU. *Última Hora*, ed. 507, Rio de Janeiro, 04 fev.1953, p.1.

DE PARABÉNS: Brasil e Estados Unidos. *Última Hora*, ed. 521, Rio de Janeiro, 23 fev.1953, p.1.

WAINER, Samuel. *Minha razão de viver*. 15. ed. Rio de Janeiro: Record, 1993.

Data de recebimento: 17/09/2015.

Data de aceite: 19/01/2016.